



Q ces Centro de Estudos Suplementares
Laboratório Associado

Relatório e Contas 2012

· U ·  · C ·
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
agência de investigação e cultura

www.ces.uc.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. BALANÇO	11
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	12
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	13
5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	14
6. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
7. ANEXOS	30

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias previstas no artigo 12º dos Estatutos do Centro de Estudos Sociais, submetemos à Assembleia Geral o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

O CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - CES, com sede na Praça D. Dinis – Colégio São Jerónimo, Coimbra, é um centro de investigação que tem por objeto o estudo e o debate da realidade social, numa base científica e com total independência dos poderes políticos, económicos e religiosos.

O desenvolvimento da atividade científica do CES está orientado para três objetivos principais:

1. Promover a investigação interdisciplinar e transdisciplinar, combinando contribuições de diversas áreas e tradições;
2. Desenvolver novos e inovadores instrumentos e abordagens analíticas, teóricas e metodológicas capazes de compreender as especificidades e complexidades das sociedades contemporâneas;
3. Disseminar o conhecimento científico, disponibilizando-o para múltiplas aplicações, através de iniciativas conjuntas com organizações da sociedade civil, instituições estatais e agências internacionais, bem como entidades da administração local, regional e nacional, no contexto português.

A atividade científica do CES – Laboratório Associado – da Universidade de Coimbra é norteada por seis grandes orientações estratégicas:

- Promoção de novas epistemologias e estímulo à interação cultural de ideias como exercício de uma ecologia dos saberes;
- Apoio ao desenvolvimento de conceções progressivas de direitos humanos, na luta contra as desigualdades e discriminações raciais, sexuais, entre outras, e ao aprofundamento da democracia;
- Reforço da participação em redes nacionais e internacionais, com especial enfoque na cooperação Norte-Sul e na Europa e nas relações com os países de língua oficial portuguesa;
- Estímulo à participação democrática e à cidadania ativa no apoio à formulação de políticas públicas;
- Aprofundamento do conhecimento sobre a sociedade portuguesa numa perspetiva comparada, de modo a promover a diversidade de visões e os debates democráticos no seu seio;
- Promover os estudos pós-graduados e atividades de formação avançada de jovens investigadores, profissionais e cidadãos em geral, como forma de contribuir para a melhoria das capacidades sociais para atingir uma melhor qualidade de vida.

O CES está organizado em núcleos de investigação - unidades descentralizadas que englobam um conjunto de investigadores interessados em áreas ou temas relacionados entre si, nomeadamente: Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq), Ciência, Economia e Sociedade (NECES), Democracia, Cidadania e Direito (DECIDe), Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades (POSTRADE).

Em articulação com os núcleos os seguintes Observatórios dedicam-se ao acompanhamento e análise de processos sociais e políticos específicos:

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ), Observatório da Participação, da Inovação e dos Poderes Locais (PEOPLE'S), Observatório do Risco (OSIRIS), Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul (POLICREDOS), Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA), Observatório das Políticas de Educação e Formação (OP.Edu) e Observatórios das Crises e Alternativas.

Atualmente o CES está inserido em 34 redes internacionais de investigação entre as quais salientamos: Eurozine; IMISCOE; Humanitarian Net; Metropolis; Active Social Policy Networks; ALPAZ; Estudos Urbanos; Expert Group on Gender; CLACSO; European Consortium for Political Research; CODESRIA; IANSA; PRIME; REAPN; Public Health Genomics - European Network; e Menu for Justice.

Uma parte importante da atividade científica do CES envolve projetos com equipas constituídas por investigadores do CES, inseridos em redes nacionais e internacionais, assim como atividades de consultadoria. Durante o ano de 2012, o CES teve em curso:

Projetos de investigação	59
Nacionais	39
Internacionais.....	20
Consultadoria/Prestação de serviços.....	25
Nacional.....	15
Internacional	10

A atividade editorial do CES inclui:

- A **Coleção CES/Almedina** que publica obras individuais e coletivas na forma de livros nas seguintes linhas temáticas: Cidades e Urbanismo, Conhecimento e Instituições, Cosmopolis, Democracia e Participação, Direito e Sociedade, Identidades e Interculturalidades, Literatura e Arte, Políticas Sociais, Risco e Regulação e Trabalho e Sociedade
- A **Revista Crítica de Ciências Sociais** que acolhe colaboração de autores nacionais e estrangeiros e publica os resultados de investigação avançada em todas as áreas das ciências sociais e das humanidades. No ano de 2012 foram publicados dois números (RCCS nº 93 a RCCS nº 95)
- A revista **e-cadernos**, uma publicação trimestral com arbitragem científica que reúne textos resultantes de conferências, seminários e workshops, assim como textos de pesquisas efetuadas no âmbito de programas de formação avançada e de projetos de investigação científica.
- A revista eletrónica **Cabo dos Trabalhos** publica exclusivamente ensaios selecionados de estudantes dos programas de doutoramento, conferências proferidas por professores convidados, entrevistas, informações várias e outras notas de interesse.
- As **Oficina do CES** (ca. 24 números anuais), dedicadas à divulgação dos resultados de investigação em progresso.
- A newsletter **CESemCENA**, com quatro números por ano, e que inclui notícias sobre as suas atividades recentes e futuras do CES.

Preocupado com a disseminação da sua investigação, o CES aposta fortemente na sua página da internet – www.ces.uc.pt.

Número de visitas (2012) 1.300 Milhões

www.ces.uc.pt

Durante o ano de 2012, o CES ofereceu em colaboração com a Faculdade de Economia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Letras e o Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, assim como com a Universidade de Aveiro e a Universidade de Lisboa, os seguintes Programas de Doutoramento, com um total de 371 doutorandos:

Cidades e Culturas Urbanas;

Democracia no Século XXI;

Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI;

Governança, Conhecimento e Inovação;

Política Internacional e Resolução de Conflitos;

Pós-colonialismos e Cidadania Global;

Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo;

Território, Risco e Políticas Públicas;

Linguagens e Heterodoxias: História, Poética e Práticas Sociais;

Patrimónios de Influência Portuguesa.

Outras atividades desenvolvidas pelo CES incluem: Cursos de Formação, Seminários e Colóquios, Conferências e Workshop, assim como ciclos de cinema e exposições fotográficas.

Número de atividades realizadas pelo CES 2012

Seminários e Colóquios	113
Conferências e Workshop	43
Formação Avançada.....	27
Outras atividades	132

De salientar que as 315 atividades promovidas pelo CES tiveram uma participação no total de cerca de 11.737 pessoas, havendo atividades sem inscrição e outras restritas a um determinado número, de acordo com a natureza e objetivos do evento.

No final de 2009, o CES inaugurou a delegação em Lisboa, com o objetivo de reforçar as atividades de extensão, as parcerias e as ações de cooperação, assim como as iniciativas de internacionalização. Durante o ano de 2012, foram aí realizadas 29 atividades (formação, colóquios, seminários, apresentações de livros, exposições temáticas), para além de múltiplas atividades de apoio aos projetos de investigação em curso e de alojar os recursos relativos ao Observatório das Crises e Alternativas.

A Biblioteca N/S assume um papel relevante no apoio aos investigadores e aos alunos dos doutoramentos. Face ao crescimento do número de utilizadores e do tratamento do acervo dos livros recebidos do Centro de Documentação 25 de Abril a equipa da Biblioteca N/S conta atualmente com 3 colaboradores.

Biblioteca N/S – 2012

Nº Livros.....	19.694
Nº Revistas periódicas.....	803
Nº Utilizadores.....	17.095

EVOLUÇÃO DAS VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À INVESTIGAÇÃO

	Em euros			
	2009	2010	2011	2012
Investigação/Investigação	2,800,279.35	3,090,931.11	3,188,460.80	3,189,869.51
Prestação de serviços	452,776.82	400,693.56	316,846.35	192,968.57
Subsídios à investigação	2,347,502.53	2,690,237.55	2,871,614.45	2,996,900.94
Vendas - RCCS	14,711.11	6,865.68	7,211.75	7,090.17
Inscrições	29,720.00	63,653.13	61,295.87	141,550.67
	2,844,710.46	3,161,449.92	3,256,968.42	3,338,510.35

Da análise do quadro anterior salientamos o decréscimo do valor das prestações de serviços ao longo dos últimos quatros anos. Por sua vez, o decréscimo assinalado nas prestações de serviços foi compensado pelo subsídio à investigação (projetos) e pelas receitas resultantes das inscrições nos eventos organizados.

EVOLUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	Em euros		
Gastos em fornecimentos e serviços externos	2010	2011	2012
Subcontratos	15,200.18	8,965.00	7,687.50
Ferramentas e utensílios	4,404.06	2,218.69	2,027.61
Livros e documentação técnica	13,609.58	9,621.30	10,749.42
Material de escritório	39,985.95	34,011.94	32,237.43
Rendas e alugueres	23,076.30	25,794.26	23,911.92
Comunicação	47,079.70	40,943.95	38,230.24
Seguros	5,118.01	4,998.02	5,437.02
Deslocações e estadas	324,350.31	403,865.10	420,616.06
Honorários	374,870.19	281,425.80	294,389.05
Conservação e reparação	18,710.28	24,223.33	17,118.54
Publicidade	35,855.17	31,941.35	25,899.93
Limpeza, higiene e conforto	16,639.42	17,638.56	19,988.23
Trabalhos especializados	161,132.80	106,013.70	98,012.78
Estacionamento	1,305.00	1,240.00	1,035.00
Bar	4,121.18	3,129.37	2,831.07
Serviços bancários	3,696.33	4,306.27	5,654.17
Overheads/Despesas Gerais UC	27,278.93	10,739.12	0.00
Outros	20,411.12	16,630.45	10,257.63
TOTAL	1,136,844.51	1,027,706.00	1,016,083.60

A evolução dos fornecimentos e serviços externos em relação ao ano de 2011, apresentaram um decréscimo, seguindo as medidas de contenção dos gastos definidos no orçamento para 2012.

A atividade do CES é desenvolvida por: 124 investigadores, dos quais 24 são contratados a tempo inteiro; 54 assistentes de investigação onde estão incluídos os bolseiros de investigação; 47 investigadores de pós-doutoramento; e pela equipa administrativa composta por 25 pessoas. Acresce a este número, os alunos dos programas de doutoramento, que atualmente são 371 estudantes.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Em euros			
Custos com pessoal	2010	2011	2012
Vencimentos e outros encargos	1,455,651.89	1,558,710.20	1,520,337.82
Seguros de acidentes de trabalho	11,201.46	11,328.11	12,218.35
Bolsas de Investigação	512,998.24	549,561.42	750,865.01
Ajudas de Custos	1,565,938.00	32,503.38	39,259.64
TOTAL	1,995,510.97	2,152,103.11	2,322,680.82

Os colaboradores com contrato no CES encontram-se divididos nas seguintes categorias, tendo tido vínculo durante, pelo menos, parte do ano: investigadores contratados (24), bolseiros (54), colaboradores técnicos e administrativos (25).

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM AS OFERTAS DA REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Em euros

	2010	2011	2012
Ofertas da "Revista Crítica de Ciências Sociais"	1,206.22	8,492.86	31,856.94

O CES continua com a política de ofertas de revistas aos/às autores/as dos artigos publicados, bem como a investigadores/as e a instituições parceiras. No ano de 2012, reforçou-se a componente de disseminação, em particular dos números da RCCS com mais de 2 anos, por instituições e particulares, de modo a garantir o máximo de ampliação possível, como instrumento privilegiado de divulgação da investigação realizada no CES.

RENDIMENTOS A RECONHECER

RC9

Em euros

Decomposição das Prestações Diferidas de Serviços	2011	2012
Prestação de serviços		
OPJ	158.983,92	108,576.03
Bairros Críticos	11.485,86	4,857.14
Projeto Angola	103.841,86	158,107.14
Observatório dos Poderes Locais	13.137,94	6,957.51
Gender Equality Consultancy	12.988,83	0.00
Estudo sobre o Voluntariado	21.734,66	9,378.82
Reparação de Acidentes de Trabalho	6.524,61	0.00
Técnicas Básicas de Mediação do Consumo	643,53	0.00
Observatório do QREN	7.172,67	0.00
Plano Nacional Contra o Tráfico Humano	10.000,00	10,000.00
Unifoj		19,356.55
Outros	4.462,10	36,935.05
Estudo de Avaliação da Integração da Perspectiva	0.00	26,555.39
TOTAL	350.975,98	380,723.63

Os rendimentos a reconhecer referentes aos subsídios ao investimento, considerado nos projetos de investigação como despesas de capital, são montantes de aprovisionamento que são utilizados em função da amortização/depreciação dos bens adquiridos por financiamentos/subsídios.

Em euros

Subsídios ao investimento – Despesas de Capital	2010	2011	2012
Subsídio	531,048.46	525,747.69	463,144.88
Amortização do Exercício	158,834.08	143,296.07	133,218.34
TOTAL	372,214.38	382,451.62	329,926.54

FACTOS RELEVANTES DA ANÁLISE NA GESTÃO DE PROJECTOS

RC10

O saldo do financiamento do Laboratório Associado do período de 2000 a 2008 continua em discussão com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo que a Direção aguarda na expectativa a resolução da situação.

A FCT, no final do ano de 2012, voltou a alterar o modelo de financiamento das unidades de investigação científica, o que cria uma incerteza no financiamento da instituição, no âmbito do contrato de Laboratório Associado, para 2013.

A plataforma eletrónica disponibilizada pela FCT para a submissão dos pedidos de pagamentos dos projetos obriga, cada vez mais, a uma justificação das despesas pormenorizada, situação que tem originado despesas consideradas de elegibilidade duvidosa nos projetos e atrasos nos procedimentos.

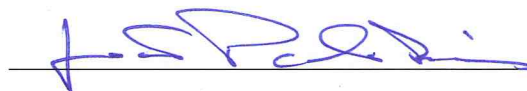
Como nos anos anteriores, a FCT continua com atrasos na validação das despesas dos gastos gerais dos projetos, situação que cria constrangimentos de tesouraria e não permite, efetivamente, encerrar os projetos de investigação financiados pela FCT, por não ser pago a última tranche.

Proposta de Aplicação dos Resultados:

Os resultados apurados foram positivos no montante de € 12.559,08 dos quais se propõe que a sua totalidade seja transferida para a rubrica Resultados Transitados.

Coimbra, 11 de Março de 2013

A DIREÇÃO



2. BALANÇO

RC11

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31.12.2012	31.12.2011
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	413,080.52	469,505.99
Ativos intangíveis	6	2,911.35	2,459.78
Outros ativos financeiros	11	50,000.00	50,000.00
		465,991.87	521,965.77
Ativo corrente			
Inventários	9	160,610.88	158,049.81
Clientes		43,906.61	90,696.51
Estado e outros entes públicos	12	0.00	2,876.78
Outras contas a receber	12	5,079,329.87	6,704,246.52
Diferimentos	12	1,815.35	2,773.37
Caixa e depósitos bancários	4	1,329,958.15	1,316,590.66
		6,615,620.86	8,275,233.65
Total do ATIVO		7,081,612.73	8,797,199.42
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Reservas		3,376.13	3,376.13
Resultados transitados		295,630.04	131,644.91
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais		494,351.88	547,876.96
Resultado líquido do período		12,559.08	117,564.34
Total do Capital Próprio		805,917.13	800,462.34
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores		64,844.57	62,588.44
Estado e outros entes públicos	12	76,779.46	68,369.35
Outras contas a pagar	12	351,552.10	455,407.81
Diferimentos	12	5,782,519.47	7,410,371.48
		6,275,695.60	7,996,737.08
Total do Passivo		6,275,695.60	7,996,737.08
Total do Capital Próprio e do Passivo		7,081,612.73	8,797,199.42

O Técnico Oficial de Contas

António Manuel Dias

A Direção


[Assinatura]

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RC12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	10	341,609.41	385,353.97
Subsídios à exploração	10	2,996,900.94	2,871,614.45
Variação nos inventários da produção	9	32,568.98	32,720.84
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-108.70	-155.37
Fornecimentos e serviços externos		-1,016,083.60	-1,027,706.12
Gastos com pessoal	12	-2,322,680.82	-2,152,103.11
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	8	45.81	6.54
Outros rendimentos e ganhos	5/10	167,240.07	173,360.25
Outros gastos e perdas	5	-53,714.67	-20,467.80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		145,777.42	262,623.65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-133,218.34	-145,059.31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12,559.08	117,564.34
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		12,559.08	117,564.34
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		12,559.08	117,564.34

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RC13

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2012	2011
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>					
Recebimentos de clientes		+		290,030.22	429,156.97
Pagamentos de bolsas		-		(687,414.66)	(506,211.16)
Pagamentos a fornecedores		-		(430,874.81)	(951,613.24)
Pagamentos ao pessoal		-		(1,341,951.18)	(1,593,707.97)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(2,170,210.43)	(2,622,375.40)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		2,181,571.78	2,900,563.16
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		11,361.35	278,187.76
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-		(25,287.45)	(130,400.80)
Ativos fixos intangíveis		-		(8,773.46)	0.00
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+		0.00	142,169.84
Investimentos financeiros		+		0.00	1,216.00
Juros e rendimentos similares		+		36,061.14	17,648.81
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		2,000.23	30,633.85
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>					
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			13,361.58	308,821.61
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		1,316,590.66	1,007,769.05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		1,329,952.24	1,316,590.66

O Técnico Oficial de Contas

A Direção





5. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

RC14

DESCRIÇÃO		Fundo	Reservas legais	Outras reservas	Resultados acumulados	Ajustamento a valores financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	0,00	0,00	3.376,13	100.386,65	0,00	0,00	\$34.639,72	31.258,56	669.661,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00
Primeira adoção de nova referência contábil		107.058,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(107.058,77)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	31.258,56	0,00	0,00	13.237,24	(31.258,56)	13.237,24
	2	107.058,77	0,00	0,00	31.258,56	0,00	0,00	(93.821,53)	(31.258,56)	13.237,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								117.564,34	117.564,34
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6=1+2+3	107.058,77	0,00	3.376,13	131.645,21	0,00	0,00	440.818,19	117.564,34	800.462,64
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	107.058,77	0,00	3.376,13	131.645,21	0,00	0,00	440.818,19	117.564,34	800.462,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	163.984,83	0,00	0,00	(55.525,08)	(117.564,34)	(9.104,59)
	7	0,00	0,00	0,00	163.984,83	0,00	0,00	(55.525,08)	(117.564,34)	(9.104,59)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								12.559,08	12.559,08
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8	0,00	0,00	0,00	163.984,83	0,00	0,00	(55.525,08)	(105.005,26)	3.454,49
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundo		2.000,00								2.000,00
	10	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	11=6+7+8	109.058,77	0,00	3.376,13	295.630,04	0,00	0,00	385.293,11	12.559,08	805.917,13

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Nas notas todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado em contrário)

1. Identificação da entidade

O Centro de Estudos Sociais (CES), criado em 1978 na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é uma instituição científica vocacionada para a investigação e formação avançada na área das ciências sociais e humanas. O CES é uma associação sem fins lucrativos com personalidade jurídica e administrativa autónoma com o reconhecimento de utilidade pública pelo Despacho de 18-02-1994 do Primeiro-Ministro. O ofício nº040298 de 16-07-1998 do Ministério das Finanças atribui isenção de IRC nos termos do Art.º 10 do CIRC quanto às seguintes categorias:

Categoria C – Rendimentos comerciais e industriais, diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E – Rendimentos capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F – Rendimentos prediais;

Categoria G – Ganhos de mais-valia.

Em Fevereiro de 2002, foi concedido ao CES o estatuto de Laboratório Associado pelo Ministério da Ciência (previsto no Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica - Decreto-Lei Nº 125/99) com base em duas premissas centrais: em primeiro lugar, a capacidade demonstrada de desenvolver investigação inovadora sobre a sociedade portuguesa nas suas diferentes vertentes, bem como sobre as transformações atuais a nível mundial, com destaque para as sociedades semiperiféricas e do Hemisfério Sul, particularmente nos países de língua oficial portuguesa; em segundo lugar, o envolvimento do Centro com questões de interesse público, nomeadamente as políticas públicas e as novas formas de regulação; as relações entre o saber científico e a participação dos cidadãos; e o sistema legal e a reforma da administração da justiça. O Regulamento do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D, prevê a avaliação dos Unidades de Investigação. O CES, de acordo com o regulamento foi avaliado em 1999, 2005 e 2008, obteve sempre a qualificação máxima – Excelente. Em 2011, foi assinado um novo contrato de Laboratório Associado, por um período de 10 anos, até 2020, a manter-se em função do resultado das avaliações internacionais a efetuar por parte da FCT.

No ano de 2010, o CES reformulou a sua estrutura científica com a apresentação de uma Proposta da Revisão dos Estatutos¹, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de 16 de Dezembro de 2010.

¹ Os Estatutos do Centro de Estudos Sociais encontram-se disponíveis em www.ces.uc.pt

Diretor

Boaventura Sousa Santos

Conselho Científico

Presidente – José Manuel Pureza

Vice-presidência – Ana Cristina Santos

Vice-presidência – Hermes Augusto Costa

Vice-presidência – Sílvia Rodrigues Maeso

Vice-presidência – Stefania Barca

Direção Executiva

Margarida Calafate Ribeiro (Coordenador da Direção)

Vítor Neves

Sílvia Ferreira

João Paulo Dias (Diretor-Executivo)

Assembleia Geral de Investigadores

Presidente - Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra

Vice-presidente - Stefania Barca

Secretário - João Mascarenhas Mateus

Conselho Fiscal

Presidente - Ana Cordeiro Santos

Vogal - Lina Coelho

Vogal - Madalena Duarte

De acordo com o Art.º 3º dos Estatutos do Centro de Estudos Sociais, os seus fins são:

- a) Elaborar e executar projetos de investigação científica;
 - b) Desenvolver programas de doutoramento e de pós-doutoramento;
 - c) Publicar e divulgar os resultados da investigação realizada;
 - d) Promover atividades de debate e divulgação científica;
- Promover a cooperação interinstitucional, nacional e internacional;
- e) Proceder à recolha e tratamento de informação nas áreas das ciências sociais e das humanidades;
 - f) Realizar estudos, pareceres e consultorias;
 - g) Realizar, desenvolver e promover atividades culturais;
 - h) Realizar atividades de extensão;

- i) Estimular a participação dos estudantes nas atividades de investigação científica;
- j) Promover e desenvolver ações de formação profissional e académica;
- k) Conceder bolsas e prémios para apoiar as ações ligadas ao ensino e à investigação;
- l) Exercer quaisquer outras atividades no âmbito da sua missão.

Sede: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, 3001-401 Coimbra

N.I.P.C.: 500 825 840

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Direção em **reunião de 26 de Março de 2013**.

A Direção e o Conselho Fiscal declaram que, é do seu conhecimento, que a informação que consta no presente relatório foi elaborada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do CES.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março - aprova o regime contabilístico para as entidades do sector não lucrativo
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras do CES foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas para as Entidades do Setor Não Lucrativo aprovadas pelo Decreto de Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março,

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e tomando por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e

julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

3.2.1. Moeda Funcional e de Relato

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional).

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de relato

3.2.2. Saldos e Transações Expresso em Moedas Estrangeiras

Todos os ativos e passivos são expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 20 anos, e perdas por imparidade.

3.4. Ativos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com a reavaliação livre efectuada pela Direção no ano de 2008, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa por via de sua utilização e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção, que não a manutenção programada, são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos médios de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 15
Outros ativos tangíveis	3 - 15

Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proveitos ou outros gastos operacionais.

3.5.1 Investimentos Financeiros

O CES classifica os seus investimentos nas categorias: outros investimentos financeiros e contas a receber.

A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento. A Direção determina a classificação no momento de reconhecimento inicial dos investimentos e reavaliam essa classificação em cada data de relato.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, sendo o justo valor equivalente ao preço pago, incluindo despesas de transação (exceto no caso dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados). A mensuração subsequente depende da categoria em que o investimento se insere, como segue:

3.5.2. Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando o CES fornece bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida.

São incluídos nos ativos correntes, excepto quando a maturidade é superior a 12 meses após a data da demonstração da posição financeira, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

3.5.3. Investimentos Detidos até à Maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o CES tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. A mensuração ao custo de aquisição e os rendimentos gerando são reconhecidos no período que são efetivamente recebidos.

3.6. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

1. Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

2. Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao menor valor entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

3.7. Valores a Receber Correntes

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido esperado.

3.8. Caixa e Equivalente de Caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 12 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.9. Férias, Subsídio de Férias

De acordo com a legislação vigente, e por decisão da Direção do CES, os trabalhadores mantêm, anualmente, direito a 25 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Tendo sido solicitada à FCT esclarecimentos sobre a aplicabilidade do inscrito na lei do orçamento de Estado, relativamente às medidas aplicadas sobre os salários, foi o CES informado em finais de agosto de 2012 sobre o regime da aplicabilidade, bem como as suas diversas implicações.

3.10. Valores a Pagar Correntes

Os saldos de fornecedores e outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal.

3.11. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos apenas quando existir segurança de que o CES cumprirá as condições inerentes à sua atribuição designadamente o investimento efetivo nas aplicações relevantes, e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar os investimentos

efetuados em ativos fixos tangíveis e intangíveis são incluídos na rubrica outras variações de capital próprio, consoante o período esperado do seu reconhecimento, e reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado por dedução ao valor das respetivas amortizações.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

3.12. Rédito e Especialização dos Exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. Desta forma, as vendas de produtos (revistas e livros) são reconhecidas apenas quando expedidas para o cliente.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira.

Os ganhos com juros são reconhecidos pelo princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o montante a receber e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O CES regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes custos e proveitos são registadas nas rubricas valores a receber correntes e valores a pagar correntes.

3.13. Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação de demonstrações financeiras exige que a Direção efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de proveitos, custos, ativos, passivos e divulgações à data da demonstração da posição financeira.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

Livros e Revistas periódicas da Biblioteca N/S – A mensuração dos livros e das revistas da Biblioteca N/S, até ao ano de 2007, foram registados pelo custo de aquisição e reconhecidas como gastos no ano da sua aquisição. No ano de 2008, foi efetuada uma reavaliação pela Direção de todos os livros e das revistas da Biblioteca N/S, determinando o valor de 41.000,00 euros. Atualmente encontram-se totalmente amortizados.

Nos anos seguintes os livros e revistas foram reconhecidos como ativos fixos tangíveis amortizados com base no período de vida útil estimado de 3 anos.

Valorização dos inventários – O inventário da Revista Crítica de Ciências Sociais, inclui revistas produzidas desde 1978. Desde 1978 a 1994 os inventários não estão valorizados pelo custo de produção, por falta de informação, pelo que cada unidade está valorizada a um valor simbólico de 0,05 euros.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2012 as disponibilidades do CES estavam repartidas da seguinte forma:

Caixa	1.361,93
Depósitos à ordem	659.151,91
Depósitos a prazo – 30 a 180 dias.....	669.438,40

Os depósitos a prazo têm uma duração de aplicação entre 30 a 365 dias.

Nos depósitos à ordem, o CES detêm uma conta em dólares (USD) que à data do balanço foi determinada e registada em ganhos a diferença de câmbio.

Valor em USD	Taxa de Câmbio (1)	Valor em Euros	Diferença de Câmbio
20.413,42	0.75654	15.443.70	-319,40

1.- A taxa de câmbio à data de 31-12-2012 foi obtida do site <http://www.onda.com/convert>

5. Políticas Contabilísticas, alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

No ano de 2012, o CES aplicou o definido pela Lei do OE para 2012, ou seja, não efetuou pagamento do subsídio de férias e do subsídio de natal às remunerações superiores a eur 1.320. De acordo com o procedimento anterior, no ano de 2011 verificou-se um excesso na estimativa do subsídio de férias situação regularizada em 2012 pela rubrica dos resultados transitados no valor eur 46.420.

O cálculo da estimativa de férias do ano de 2012, a pagar em 2013, foi calculada com base no definido na Lei do OE para 2012 conforme referido anteriormente.

6. Ativo Fixo Intangível

Ativos fixos intangíveis		Programas de computador
Em 01.01.2012	Quantias brutas escrituradas	40.354,21
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(37.894,43)
	Quantias líquidas escrituradas	2.459,78
Adições		1.461,70
Transferências		
Alienações, sinistros e abates		
Outras alterações		
Depreciações		(1.010,13)
Perdas por imparidade		
Em 31.12.2012	Quantias brutas escrituradas	41.815,91
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(38.904,56)
	Quantias líquidas escrituradas	2.911,35

7. Ativo Fixo Tangível

RC24

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Em 01.01.2011	Quantias brutas escrituradas	296.546,40	443.415,72	273.585,36	162.020,00
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	74.924,23	352.869,15	166.428,11	125.319,71
	Quantias líquidas escrituradas	221.622,17	90.305,59	107.157,25	36.700,29
Adições		73.865,67	52.143,41	12.908,03	17.195,88
Transferências			(39.933,89)		
Alienações, sinistros e abates					
Outras alterações					
Depreciações		15.206,69	66.503,17	30.666,91	29.744,56
Perdas por imparidade					
Em 31.12.2011	Quantias brutas escrituradas	370.412,07	495.559,13	286.493,39	179.215,88
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	90.130,92	419.372,32	197.095,02	155.064,27
	Quantias líquidas escrituradas	280.281,15	76.186,81	89.398,37	24.151,61
Adições		6.850,28	47.583,92	1.623,44	19.767,10
Transferências					
Alienações, sinistros e abates				42,00	
Outras alterações					
Depreciações		14.539,22	61.944,43	30.714,89	25.009,67
Perdas por imparidade					
Em 31.12.2012	Quantias brutas escrituradas	377.262,35	543.143,05	288.074,83	198.982,98
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	104.670,14	470.324,07	227.429,88	180.040,87
	Quantias líquidas escrituradas	272.592,21	72.818,98	60.644,95	18.942,11

8. Imparidade de Ativos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 ocorreram os seguintes movimentos como imparidade de ativos:

	Saldo inicial	Reversão	Saldo final
RCCS nº 46	2.609,43	108,70	2.571,18

9. Inventários

VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	Ano 2012	Ano 2011
	Produtos Acabados e Intermédios	Produtos Acabados e Intermédios
Inventários Finais.....	160.648,53	158.133,27
Regularizações de Existências	30.053,72	8.012,14
Inventários Iniciais.....	158.133,27	133.424,57
Aumento/Redução do Exercício	32.568,98	32.720,84

GASTOS DOS INVENTÁRIOS	Ano 2012		Ano 2011	
	Mercadorias	Matérias-Primas	Mercadorias	Matérias-Primas
Existências Iniciais.....	2.571,78	0,00	2.425,41	0,00
Compras.....	108,70	0,00	301,74	0,00
Regularizações de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Finais.....	2.571,78	0,00	2.571,78	0,00
Custo do Exercício.....	108,70	0,00	155,37	0,00

10. Rédito

RC26

Os proveitos relativos à prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento dos serviços prestados à data da demonstração da posição financeira.

Rendimentos a reconhecer – Prestações de serviços		
1	Saldo inicial	350.975,98
2	Aumentos dos rendimentos a reconhecer	364.266,89
3	Rendimentos reconhecidos	334.519,24
4=1+2-3	Saldo final	380.723,63

Os subsídios à exploração são recebidos com o objetivo de compensar os custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar, bem como o valor acumulado dos períodos anteriores ao reconhecimento inicial do subsídio.

Rendimentos a reconhecer – Subsídios à exploração		
1	Saldo inicial	7.059.395,50
2	Aumentos dos rendimentos a reconhecer	614.087,71
3	Rendimentos reconhecidos	2.271.687,37
4=1+2-3	Saldo final	5.401.795,84

Rendimentos a reconhecer – Subsídios ao investimento		
1	Saldo inicial	385.451,62
2	Aumentos dos subsídios ao investimento a reconhecer	93.458,85
3	Rendimentos reconhecidos	132.811,50
4=1+2-3	Saldo final	346.098,95

Demonstração dos juros e rendimentos em 2011 e 2012:

	Ano 2012	Ano 2011
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	34.296,37	28.629,58
	34.296,37	28.629,58
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(42,88)	(182,99)
	(42,88)	(182,99)

11. Instrumentos Financeiros

O CES, no ano de 2009, subscreveu Obrigações da CGD. O produto financeiro garante o capital na sua maturidade ou na data de reembolso antecipado. O prazo da aplicação é de 10 anos com a possibilidade reembolso antecipado a partir do 5º ano. Os rendimentos são pagos anualmente, com cupões fixos crescentes e remuneração ativa com as seguintes taxas:

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
4%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%	Euribor 12M+1,15%

12. Outras Informações Legais:

12.1. Gastos com Pessoal

Esta rubrica regista as remunerações pagas aos colaboradores do CES com as seguintes categorias:

	Ano 2012	Ano 2011
Investigadores	1.013.459,31	1.022.056,30
Administrativos	517.575,98	536.653,90
Bolseiros	687.414,66	532.414,76
Outros gastos	104.230,87	60.978,15

Os colaboradores com contrato no CES encontram-se divididos nas seguintes categorias, tendo tido vínculo durante, pelo menos, parte do ano: investigadores contratados (24), bolseiros (54), colaboradores técnicos e administrativos (25).

No decurso do ano de 2012, o CES, aplicou a Lei do Orçamento de Estado para 2012 no que concerne às reduções nas remunerações que são comparticipadas pela FCT. As remunerações comparticipadas por financiamentos europeus não estiveram sujeitas à redução das remunerações prevista na Lei do OE para 2012.

O artigo 19º da Lei do OE para 2011, definia a redução da remuneração dos funcionários públicos. O CES solicitou esclarecimentos à FCT e que veio obter o esclarecimento somente no final de Agosto de 2012 relativamente à extensão da aplicabilidade do artigo 19º. Assim ficou esclarecido a aplicabilidade da redução das remunerações dos contratos de trabalho dos investigadores afetos ao programa Ciência 2008. Não ficou esclarecido a aplicabilidade aos contratados de trabalhos financiados pelo Projeto Estratégico existindo uma incerteza na interpretação do artigo pela FCT.

12.2. Outros Ativos a Receber

Esta rubrica regista sobretudo os valores que o CES tem direito a receber do financiamento contratualizado e dos projetos de investigação, no caso de uma execução total dos projetos. Atualmente regista o montante de 5.079.329,87 euros.

Descrição		Valores a receber
Devedores por Acréscimos de Rendimentos		147.153,08
Outros Devedores		13.458,09
Financiamento dos projetos de investigação	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	2.600.457,75
	União Europeia	2.222.227,10
	Outros financiadores	200.920,93
TOTAL		5.079.329,87

12.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de "Estados entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	2.876,78
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimentos	29.541,42	24.810,40
Imposto sobre o valor acrescentado	15.321,72	12.125,94
Contribuições para a Segurança Social	31.916,32	31.433,01

12.4. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2012
Fornecedores de investimentos	22.874,89
Remunerações a liquidar	188.879,08
Despesas Gerais da Universidade de Coimbra	59.434,04
Outras contas a pagar	40.288,21
TOTAL	311.476,22

12.5. Diferimentos

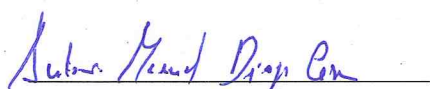
Esta rubrica é composta pelos saldos dos projetos de I&D e das prestações de serviços para execução nos anos seguintes, dentro do prazo da execução do projeto.

12.6. Outras Informações

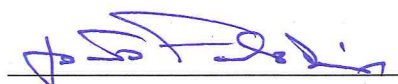
Responsabilidade do CES por garantias prestadas	Saldo Final
Garantias bancárias - GCC Lisboa – Gestão de Centros Comerciais, SA (contrato de arrendamento do CES – Lisboa) – Depósito a prazo constituído pelo prazo da vigência do contrato.	26.438,40

Coimbra, 11 de março de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



ORÇAMENTO DA DESPESA PARA 2013

Rubricas	2012	2013
	Orçamento	Orçamento
1. INVESTIGAÇÃO	1,238,000	1,131,200
Apoio Publicações Internacionais/Traduções	15,000	35,000
Apoio à Internacionalização	30,000	24,000
Seminários do CES/Eventos	8,000	2,500
Prémio CES	0	10,000
Bolsa 'Um Mês no CES'/'Jovens Investigadores'	5,000	10,000
Cátedra Milton Santos/México	0	10,000
Programas de Doutoramento	5,000	3,000
Promoção da Cultura Científica	5,000	2,500
Despesas Gerais	50,000	38,600
Investigadores (LA;CC) / Bolseiros	1,120,000	995,600
2. BIBLIOTECA NORTE/SUL	26,000	25,500
Gastos Gerais	1,000	1,000
Livros e revistas	25,000	24,500
Manutenção software	0	0
3. ESPAÇOS E EQUIPAMENTO	91,700	91,200
Material informático	5,000	7,800
Apoio informático	22,800	22,800
Software de gestão de informação	1,500	1,500
CES Lisboa (renda)	24,000	24,000
Qualificação do espaço	11,000	17,200
Limpeza espaço	17,400	17,900
Outro imobilizado	10,000	0
4. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	81,750	98,500
Prestações de Serviços	12,500	11,000
Consulta jurídica	3,000	3,000
Auditorias	7,500	6,000
Outras prestações	2,000	2,000
Missões e Representação	5,000	5,000
REDES - CES - América Latina/ECPR/CLACSO/CODESRIA/IMISCOE	5,750	7,500
Despesas correntes	58,500	75,000
Material de escritório	5,000	12,000
Comunicações (telefones e correios)	39,000	38,000
Seguros de equipamento	3,000	1,000
Outras despesas correntes	11,500	24,000
5. RECURSOS HUMANOS - SERVIÇOS	606,000	548,600
Diretor Executivo	60,369	51,500
Gabinete de Tecnologias de Informação - GTI	57,000	44,000
Biblioteca Norte Sul - BNS	85,000	75,000
Gabinete de Apoio a Publicações - GAP	37,000	40,100
Gabinete Financeiro - GAFIN	89,000	82,400
Gabinete de Eventos, Comunicação e Imagem - GECI	95,000	101,000
Gabinete de Gestão de Projectos - GAGEP	48,631	53,100
Secretariado do Diretor	79,000	54,500
CES/Lisboa	55,000	47,000
TOTAL	2,043,450	1,895,000

ORÇAMENTO DA RECEITA PARA 2013

RC31

	2012	2013
	Orçamento	Orçamento
1. Financiamento FCT - Laboratório Associado	1,214,000	1,214,000
2. Compromisso com a Ciência - investigadores	540,000	458,000
3. Despesas gerais FCT/EU	225,450	200,000
4. Despesas gerais Prestações de serviços	42,000	10,000
5. Revista CCS + Publicações	10,000	7,000
6. Apoios e patrocínios	12,000	6,000
TOTAL	2,043,450	1,895,000

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS**, as quais compreendem o Balanço em 31/12/2012, (que evidencia um total de 7.081.612,73 Euros e um total de fundos patrimoniais de 805.917,13 Euros, incluindo um resultado líquido do período de 12.559,08 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Fundos Patrimoniais e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação: da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestações de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS** em 31/12/2012, o resultado das suas operações e os Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Coimbra, 22 de Março de 2013


Pinto Castanheira, SROC, Soc. Unip., Lda
O ROC Responsável
António Pinto Castanheira

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Associados,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos, relativamente ao ano de 2012, a atividade do **Centro de Estudos Sociais**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentações, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direcção os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados e seus Anexos, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com o relatório de auditoria e certificação legal das contas, com os quais se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas e Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial do **Centro de Estudos Sociais** no termo do exercício de 2012.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direcção.

Coimbra, 26 de Março de 2013

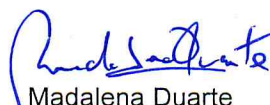
O Conselho Fiscal



Ana Cordeiro dos Santos



Lina Coelho



Madalena Duarte